

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PARA INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO**
2 **PARAÍBA DO SUL - CEIVAP, REALIZADA EM JACAREÍ - SP, EM 04/12/2003.**

3 Reunião iniciada as 14:10 horas, sendo a mesa integrada por: Eduardo Meohas (Presidente do CEIVAP); Fídias de Miranda
4 (Secretário Executivo do CEIVAP); Antônio Evangelista (Vice-Presidente do CEIVAP); Sra. Maria Cristina de Souza - Vice-Prefeita
5 de Jacareí, Rui Brasil Assis (Representante de SP); Joaquim Arildo Borges (Representante de MG); Heitor Ferreira de Souza
6 (Representante do RJ); João Rodrigues (Presidente do Conselho da Associação Pró-Gestão de Águas), João Bosco Senra (Secretário
7 de Recursos Hídricos do MMA); Dilma Seli Pena Pereira (ANA). O presidente Eduardo Meohas abriu os trabalhos e passou a palavra
8 à Sra. Maria Cristina - Vice-Prefeita de Jacareí, que saudou os presentes em nome do Município, e disse que o Prefeito estava se
9 deslocando de São Paulo para esta reunião; falou de sua satisfação de abrigar o evento, que seu Município estava agradecida ao
10 CEIVAP pelos recursos com que foi contemplado para as obras de tratamento de esgotos, que permitirá levantar o nível de tratamento
11 dos 2% atuais para 18%, e que resultará em melhoria de qualidade das águas do rio Paraíba. Com a palavra Dilma Pereira - ANA,
12 disse da sua satisfação em participar do evento, que o compromisso estrutural do retorno dos recursos da cobrança para o PBS foi
13 cumprido, com alguns percalços que decorreram do fato de a bacia do Paraíba ser a pioneira na implantação dos instrumentos da lei
14 9433, e como tal sofre as conseqüências de ultrapassar barreiras. Disse haver uma orientação do ministro Palocci de que os recursos da
15 cobrança não sejam contingenciados em 2004, que o fato de essa diretriz não aparecer até agora na lei do orçamento se deve a
16 questões técnicas, mas a orientação do Governo é de que não haja contingenciamento em 2004, e isso certamente será observado.
17 Apresentou o livro "A Implantação dos Instrumentos de Gestão na Bacia do Rio Paraíba do Sul", recém-publicado pela ANA e que
18 documenta o trabalho do CEIVAP no período 2001-2003. Esse livro será distribuído no seminário que ocorrerá na próxima segunda-
19 feira, na FGV/Rio, e entregou as três cópias que dispunha no momento ao Presidente Eduardo Meohas; Secretário João Bosco Senra e
20 Presidente João Rodrigues, respectivamente. O livro retrata o capital intelectual que foi acumulado no processo do Paraíba. Meohas
21 destacou que nenhum real da bacia deixará de ser devolvido, sendo este é o compromisso tranquilizador da ANA. O Prefeito Marco
22 Aurélio, ao chegar de viagem, passou a integrar a mesa, sendo-lhe concedida a palavra. Disse que o Município esteve muito bem
23 representado nessa reunião por sua Vice-Prefeita, e que não teria nada a acrescentar ao que elafalou. Destacava apenas que Jacareí
24 estava conseguindo dar um salto de qualidade, com o tratamento de seus esgotos, e que o CEIVAP estava viabilizando este avanço.
25 Com a palavra o Secretário João Bosco Senra, agradeceu a acolhida, saudou os presentes, e disse de sua satisfação de participar dos
26 trabalhos; que a experiência do Paraíba do Sul é vitrine para o País, e o processo sofre os percalços do ineditismo das ações que são
27 empreendidas. Destacou a importância do registro em livro da experiência do Paraíba, e que essa experiência estava sendo levada para
28 a Argentina, em reunião da bacia do Prata, na qual o Brasil estava representado pelo Dr. Júlio Tadeu Kettelhut. Sobre o
29 contingenciamento dos recursos da cobrança, disse não haver contrários ao retorno dos recursos para a bacia, e que a Ministra Marina
30 Silva vem conversando com seus pares sobre essa questão, e no próximo ano as dificuldades estarão inteiramente superadas. Na CT-
31 COB/CNRH desenvolve-se um trabalho para se resolver definitivamente a questão do contingenciamento, que esse "fantasma" não
32 deve mais assustar, como demonstra a decisão da Ministra Marina e Dr. Kelman que resultou em que todos os recursos pagos até
33 agora retornaram para a bacia. Em relação à Agência disse que houve inicialmente problemas, mas que foram superados, o Decreto
34 Presidencial deve sair nesse final de semana ou na próxima semana. Falou que o Dr. Luis Alberto, da Casa Civil - PR, que tem posição
35 contrária sobre o assunto, acatou a qualificação da Associação Pró-Gestão como OS, como decisão de governo, e a SRH está
36 elaborando hoje parecer que será entregue amanhã e, embora o Presidente esteja fora do País, o decreto deverá ser assinado pelo Vice-
37 Presidente. Assim, a edição do decreto não demora mais que uma semana. Outro tema que vem sendo desenvolvido pela ANA é a
38 questão da cobrança do Guandu. A SRH estará empenhada em trabalhar uma solução até março, para se avançar com o processo
39 aprovado pelo CEIVAP, e se junta ao esforço de resolver esse problema. Solidarizou-se com o CEIVAP pelo prêmio conferido pela
40 CEF, disse que esteve presente ao evento de entrega do prêmio em BSB, e considera que o fato representa um prêmio não só ao
41 CEIVAP, mas também para a Política Nacional de Recursos Hídricos que se implanta do País. Com a palavra o Presidente Meohas
42 disse "não querer ir a Barcelona apenas para competir", mas para ganhar o prêmio de melhores práticas de gestão local ao nível
43 internacional. Referiu-se ao contato que tivera ontem com o Vice-Presidente José Alencar, e que ele, como filho da bacia, terá o prazer
44 em assinar o decreto que a bacia do Paraíba tanto precisa para avançar com o gerenciamento de seus recursos hídricos. Com a palavra
45 o Prefeito Marco Aurélio, cumprimentou a mesa, vereadores municipais presentes, sua Vice-Prefeita, Presidente do SAE, Secretários
46 Municipais, Prefeitos. Disse que ao assumir começou a trabalhar no Paraíba, conservando as margens do rio e iluminando-as para
47 valorizar esse trabalho. Disse que a sua Vice-Prefeita já o representara, e agradeceu a escolha do Município para abrigar a reunião. A
48 meta que trabalha é de passar de 2% para 18 % de tratamento de esgoto até o final do ano que vem. Passando ao primeiro item da
49 pauta - aprovação da ata da reunião ordinária de 21/10/2003, o Presidente Meohas destacou que a minuta apresentada incorpora
50 sugestões de emendas apresentadas por Luis Cláudio (CSN) e Aparecida Vargas (Cataguazes). Aberta a palavra, não havendo mais
51 inscritos, a minuta da ata com as emendas propostas foi submetida a votação, e aprovada por unanimidade. Proposta inversão de pauta,
52 aprovada, passou-se à apresentação dos relatórios das Câmaras Técnicas. Com a palavra os Coordenadores da CT de Planejamento e
53 Investimento (CT-P&I), André Pinhel e da CT Institucional (CT-I), Luis Eduardo. André Pinhel falou que a Coordenadora da CT de
54 Educação Ambiental (CT-EA) pediu-lhe para justificar não poder estar presente, e informar que a CT-EA passava por um grande
55 momento, com quorum para se reunir e grande interesse de seus integrantes em programas específicos. Informou que as CT's de P&I
56 e CT-I vinham trabalhando em reuniões conjuntas, mas passarão a trabalhar separadamente, para dar maior objetividade às discussões.
57 Em 2003, até o mês de março a pauta foi dominada pela implantação da cobrança, mas desde então a discussão tem se prendido aos
58 programas de investimento e à implantação da Agência. Outra preocupação que destacou foi o armazenamento de água na bacia, e que
59 as ações nesse campo foram exitosas, pois se pôde superar as metas fixadas inicialmente, e se caminha para uma solução do problema
60 de recuperação do armazenamento, apenas com o exercício da gestão integrada e participativa. Esse programa evitou a falta ou

61 racionamento de água, e isso tornou-se possível com o esforço de todos. Solicitou a Fátima Casarin (CECNA) para falar em nome da
62 CT-EA. Com a palavra, Fátima Casarin disse que o reinício da CT-EA foi brindado com o edital da Petrobrás, que tem foco na água, e
63 a CT-EA está elaborando uma proposta única para o avanço do programa Curso D'água, este já consolidado, e essa proposta estará
64 concluída em janeiro, e conta com o apoio de todos nesse trabalho. Josemar Coimbra (ex-coordenador da CT-P&I) falou que as
65 pessoas desconhecem o comitê e o gerenciamento na forma como está sendo feito, fato comum entre pequenos empresários, pois
66 entende que falta marketing a essa atividade. Sugere que se faça um esforço conjunto do Governo e do CEIVAP, de divulgar o
67 trabalho que se faz para que todos tomem conhecimento e entendam a importância de participar. Luis Eduardo (CT-I) disse querer
68 reforçar as palavras de Josemar Coimbra, e falou do encontro dos integrantes do Fórum Parlamentar no dia 28 passado, em Barra do
69 Pirai. A necessidade das águas do Paraíba é maior no Rio de Janeiro, e lá também é maior a desinformação, havendo necessidade de se
70 fazer um trabalho de conscientização amplo sobre a água, e que a cobrança vai ajudar a se “saber o valor da água que chega lá”.
71 Convidou o Vereador Marino para complementar suas impressões sobre a reunião do fórum, que ambos compareceram, e o Sr. Marino
72 disse ter participado de todas as reuniões do fórum, falou sobre o trabalho que lá se desenvolve, e que a quinta reunião do fórum será
73 em 12 de março de 2004, em Jacareí. Falou ainda que os parlamentares conheceram a transposição de águas para o Guandu, e que a
74 Deputada Inês Pandeló vai contatar a Câmara Municipal do Rio, para iniciar o debate com a população visando conscientizá-la sobre o
75 problema. Juliana Koeppel (ex-coordenadora da CT-I) destacou a quantidade de assuntos que foram discutidos no ano em que esteve à
76 frente da CT-I, e que muita coisa importante foi aprovada naquele período. Concordando com a cronologia do trabalho de 2003,
77 referida inicialmente por André Pinhel, disse que se achava que o processo da Agência seria mais simples, mas que somente hoje se
78 teve a boa notícia do decreto iminente, o que traz a perspectiva de muito trabalho para o próximo ano, pois vê o início da Agência
79 como “aprender a dirigir o avião com o avião voando”. André Pinhel (CT-P&I) leu o item 2 do quadro de aplicação de recursos da
80 cobrança, e disse que a obra foi executada com recursos da PM-Barra do Pirai, pois a ANA não pode repassar os recursos ao
81 Município. Na última reunião de CT levantou essa questão, quando foi aceita proposta para que os recursos correspondentes (R\$
82 20.000) viessem a ser aplicado no Município quando for solucionado o problema da transferência pela ANA, para a elaboração de um
83 projeto de captação à montante de Santa Cecília, que permitirá solucionar em definitivo o problema de captação de Barra do Pirai.
84 Para tanto, há necessidade de deliberação do CEIVAP, o valor a ser utilizado seria o mesmo anteriormente aprovado. Informou que a
85 LIGHT observou que no dia 11 passado o enrocamento construído para a captação existente em Barra do Pirai resistiu a 500 m³/s, o
86 que surpreendeu pois a obra foi feita em caráter emergencial, e traz esperança de que possa resistir até que se implante a solução
87 definitiva. Pediu para registrar homenagem a José Carlos da Silva (popularmente conhecido como “Peixe”), que faleceu em 24.11.03,
88 e era a pessoa que mantinha as instalações da captação de Barra Mansa, e solicitou que o CEIVAP dirigisse à sua família um
89 agradecimento póstumo pelo seu trabalho. Com a palavra o Presidente Meohas pediu a contribuição de todos para agendar a reunião
90 com o Guandu, e se iniciar o dialogo para se poder chegar à implantação da cobrança. André Pinhel disse que no Guandú existe o
91 problema da falta do Plano da Bacia, mas a PM do Rio de Janeiro está sinalizando com a possibilidade de apoiar a elaboração desse
92 plano. Leila Heizer (CEDAE) disse que o Presidente do Comitê Guandu, Prof. Bruno, teve um problema de saúde e não pode ir à
93 reunião do diálogo anteriormente prevista. Informou que passou a exercer a Secretária Executiva do Comitê Guandu, criado a
94 02.06.2002, sendo o primeiro comitê do RJ, e tudo é um processo novo a ser vencido. Reconhece que a preocupação com o plano de
95 bacia é fundamental, há um termo de referência para o plano, a ANA chegou a alocar recursos para sua elaboração mas estes não
96 foram liberados. O Comitê Guandu vem procurando outros caminhos para viabilizá-lo, o Município do Rio demonstrou interesse e
97 essa alternativa está sendo discutida. Outra possibilidade é de se obter recursos do FECAM, que há um trabalho já feito para a bacia, e
98 seu aproveitamento talvez represente um caminho mais curto. O Comitê Guandu reservou vaga para CEIVAP o integrar, mas este
99 declinou participar na ocasião. O Presidente Meohas pediu para se agendar uma data para uma reunião conjunta do CEIVAP com o
100 Comitê Guandu, para se dar celeridade ao processo, pois só a CEDAE capta 45 m³/s de água, e essa questão da contribuição precisa
101 ser equacionada. Leila Heizer (CEDAE) disse que estão cientes do problema, e os usuários da bacia devem discutir os critérios de
102 cobrança, mas no momento discutem o funcionamento de sua secretaria executiva. O Secretário João Bosco (SRH-MMA) sugeriu que
103 a reunião com o Comitê Guandu ocorra em 15 de dezembro próximo, pois nessa data ele estaria presente, e a proposta ficou de ser
104 confirmada pela Secretaria Executiva do Comitê Guandu. O Presidente Meohas informou que no próximo dia 10, no congresso
105 nacional, será lançado o fórum parlamentar das águas ao nível nacional. Passando ao próximo item da pauta – relatório de atividades
106 do escritório técnico, Cláudio Serrichio passou a apresentar o tema com apoio de PowerPoint “Relatório dos Trabalhos do Escritório
107 Técnico de Apoio ao CEIVAP no ano de 2003” (ANEXO). Destacou adicionalmente que o programa de racionalização de uso da
108 água, que visa a recuperação do armazenamento nos reservatórios da bacia, já representava resultados importantes; que o ET vem
109 apoiando as atividades do fórum parlamentar; e que houve uma ação intensa para colocar o CEIVAP na conferência das cidades e na
110 pauta nacional. No *slide* final de sua apresentação, destacou o esforço dos integrantes da equipe do escritório técnico, e o apoio do
111 Presidente Meohas, fundamental para que se conseguisse alcançar os resultados apresentados. Em continuação, o Secretário Executivo
112 Fídias de Miranda passou a fazer balanço do trabalho realizado em 2003, com apoio de PowerPoint “Balanço CEIVAP 2003 –
113 Secretaria Executiva” (ANEXO). Encerrada sua apresentação, os trabalhos foram interrompidos para café, às 15:55 horas, sendo
114 reiniciado às 16:20 horas. Dando continuidade à pauta, a palavra foi concedida a Dilma Pereira (ANA) que iniciou falando que queria
115 compartilhar uma reflexão, sobretudo as dificuldades enfrentadas neste ano. Com apoio de PowerPoint “A Participação Social e a
116 Sustentabilidade do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos” (ANEXO), passou a discorrer sobre o conteúdo dos *slides*
117 apresentados. Destacou que o processo era definitivamente pioneiro, no sentido de buscar instituições para solução dos complexos
118 problemas dessa década, e como se ter estratégias institucionais e técnicas para dar respostas à sociedade; que a estrutura social é
119 complexa e diferenciada, com demandas difíceis de serem endereçadas; que a lei 9.433 surgiu nesse contexto, com princípios bastante
120 modernos e à frente do nosso tempo, e um conjunto de instrumentos sem uma hierarquia, o que tornou o processo mais complexo. Na

121 lei 9443 os objetivos estão difusos, e essa visão está bem explicada no livro que organizou sobre o Paraíba. O desafio é a
122 governabilidade – a capacidade do sistema de produzir políticas que resolvam seus problemas. Resolver os problemas é muito mais
123 que resolver os problemas como outorga, mas resolver as questões das interfaces, como por exemplo, a interface com o saneamento.
124 Não serão resolvidos os problemas de recursos hídricos apenas pela implementação correta dos instrumentos, há que se criar interfaces
125 com setores usuários, que resultem em solução dos problemas da população. A questão da gestão no Paraíba do Sul está nesse
126 patamar, onde os desafios ultrapassam a implantação dos instrumentos de gestão. Referiu-se ao problema tratados pelo Prefeito de
127 Jacareí, que tem que mudar o patamar de tratamento de esgoto na cidade; que a interação entre o sistema de gestão de recursos
128 hídricos e os sistemas setoriais é complexa. Impõe-se arenas de execução, e nos recursos hídricos elas são consubstanciadas pelo
129 CNRH, CERHs, Comitês e Gestores Públicos (ANA, SERLA, IGAM, DAEE, etc), estes também arenas de negociação, embora
130 diferentes dos colegiados de negociação política. Em cada fase da construção de uma política pública se tem uma estratégia diferente:
131 na fase de concepção e implementação, há que se trabalhar bem a sustentação; na fase de concepção e aprovação, o destaque é na
132 sociedade e no congresso, e nessa fase “quase estamos ali buscando a utopia”. Na fase implementação tem-se que conviver com a
133 realidade, e aí a capacidade de entendimento da conjuntura é fundamental para se ir para frente. Na fase de implementação tem-se que
134 estar preparado para demandas concretas e crescentes, que convivem com restrições legais, financeiras e administrativas, e várias são
135 as arenas de negociação (Câmaras Técnicas, CNRH, CERH, Comitês, Congresso, etc). Portanto há necessidade de governança
136 sustentável: interesses e incentivos para garantir à sociedade resultados concretos. As instituições e sistemas que permanecem perenes
137 são as que têm respaldo legal e capacitação técnica eficiente, pois de outra forma elas ficam muito vulneráveis. Essa eficiência se vê
138 atualmente na área fiscal, na área de política externa, na área de pesquisa agropecuária, planejamento e orçamento, na área de saúde,
139 esta após 1988 mostra um crescimento lento mas com capacidade de resposta em algumas áreas, e com capacidade de formação do
140 corpo técnico-profissional mais eficiente. Essa reflexão se aplica a Agência de Águas que vai surgindo, e que tem essa perspectiva.
141 Concluindo disse que está terminando seu mandato como diretora da ANA, que legalmente tem que se afastar por quatro meses, mas
142 espera, no futuro, de alguma forma, “voltar a trabalharmos juntos”. O Presidente Meohas falou que a ANA tem o papel legal
143 estabelecido em lei, mas o apoio que o CEIVAP recebeu através da Dra. Dilma foi além do que era a atribuição legal, e por isso ela
144 não se afastaria do CEIVAP, pois já fazia parte dele. Com a palavra João Rodrigues (Conselho de Administração) disse que se
145 permitia referir à Agência como realidade concreta. O ineditismo dessa situação faz com que se tenha que aprender a ser Agência, a
146 distinguir seu papel dentro do Sistema, sua relação com o comitê. A Associação Pró-Gestão passou a perceber que tem que lutar para
147 crescer, e sua posição em relação ao último aditamento do convênio ANA-PMResende já foi resultado dessa percepção. Destacou o
148 apoio recebido da ANA através de Dilma Pereira e de Geraldo Julião, principalmente face aos desafios enfrentados de se solucionar o
149 retorno dos recursos para o CEIVAP sem se ter o contrato de gestão, e em reunião anterior, ocorrida em Jacareí, se encontrou a forma
150 de contratação direta de projetos pela ANA, e embora pareça óbvio, considera que essa foi a “grande sacada deste ano”. Daquela
151 reunião saiu a forma de mostrar para a sociedade que “essa turma” está conseguindo fazer o dinheiro retornar para a bacia. Referiu-se
152 à Deliberação CEIVAP 22/03, e os documentos distribuídos mostram que os recursos aplicados são maiores que os arrecadados, e
153 Jacareí recebe R\$ 1.300.000 para ajudar em seu problema de esgoto. Na transição que irá do final de dezembro até o início de
154 funcionamento da Agência, haverá um período até que se tenha o contrato de gestão vigente, e os grupos de trabalho instituídos
155 prepararam suas minutas sobre o regimento, o contrato de gestão e alternativas de continuidade do convênio para essa transição. O
156 regimento está 99% aprovado, e se consegue terminar o ano com o regimento aprovado, e a minuta do contrato de gestão já existe, foi
157 coordenado por Cristina Yuan (IBS), e tão logo a Agência esteja legalizada espera assinar esse importante documento com a ANA.
158 Referiu-se à Deliberação CEIVAP 15/2003, que define que até março questões importantes precisam estar resolvidas, e esses temas
159 precisam ser trabalhados sem descanso. Referindo-se ao esforço para qualificar a Associação Pró-Gestão como OS, agradeceu o
160 empenho do Secretário João Bosco Senra, do Presidente Eduardo Meohas e do Vice- Presidente Antônio Evangelista, que considerou
161 fundamental para se chegar a bom termo, com a superação dos problemas. Referiu-se ao apoio que está recebendo da sociedade para a
162 gestão do Paraíba, destacando o trabalho da Professora Ivone, de Jacareí, que com seus alunos se dispôs a ir a BSB para de ônibus
163 para pressionar pela qualificação como OS, o que por pouco não foi concretizado. Promoveu um abaixo-assinado para o dinheiro da
164 cobrança voltar para a bacia, com a participação das crianças na coleta de assinaturas, e o produto foi enviado ao Ministro José Dirceu,
165 e há cerca de uma semana chegou uma carta da Casa Civil acusando o recebimento desse material, o que mostra o empenho geral para
166 solução do problema. O Presidente Meohas passou a discutir a proposta de Deliberação CEIVAP Nº 23, que dispõe sobre o sexto
167 aditamento ao Convênio ANA – PMR – INVAP 003/02. Aberta a discussão, Mário Moraes (FGV) referiu-se ao prazo previsto no Art.
168 1º, § 1º da proposta, sugerindo que a validade do prazo do instrumento considerasse a efetiva implantação e funcionamento da
169 AGEVAP, no sentido de evitar as dificuldades enfrentadas, ao longo de 2003, pela equipe do Escritório Técnico do CEIVAP; Juliana
170 Koeppel (FIEMG) sugeriu ajuste de redação, ponderando que levaria um tempo para se operacionalizar um contrato de gestão, e que
171 portanto a rescisão do convênio deveria levar em conta esse prazo, argumento também defendido por Dilma Pereira, que sugeriu nova
172 redação para o art.1º, § 1º. Posta em votação, a Deliberação CEIVAP Nº 23 foi aprovada com as emendas de redação propostas. Em
173 seguida, o Presidente Meohas mostrou a planilha dos valores arrecadados e aplicados, e falou da necessidade dos tomadores de
174 recursos acelerarem a preparação dos documentos necessários ao acesso aos recursos, para se poder contratar os produtos no presente
175 exercício. João Bosco Senra (SRH/MMA) lembrou que o ano fiscal termina no dia 12 próximo, e que se deve estar atento a essa data
176 para o envio de papeis a BSB. André Pinhel (SERLA) falou sobre a Deliberação CERHI-RJ nº 6/2003, que dispõe sobre a cobrança no
177 Estado, e que a SERLA e parceiros estarão realizando seminários de esclarecimento sobre o assunto nos próximos seis meses, e a
178 programação desses eventos será informada ao CEIVAP. Edílson Andrade (Assessor CEIVAP) informou que está sendo montado o
179 Consorcio Intermunicipal da Foz do Paraíba do Sul, o qual será instalado no próximo dia 9, na prefeitura de Campos. Luis Cláudio
180 (CSN) se referiu a possível inscrição de restos a pagar, pediu para explicar a decisão da CSN no sentido de fazer o depósito judicial

181 dos pagamentos da cobrança. Disse que a atitude tem natureza jurídica, decorre da lei das S/A's, e resultou dos ofícios enviados pela
182 ANA informando sobre a possibilidade de os recursos arrecadados no último trimestre de 2003 não retornarem para a bacia. Na
183 medida em que a CSN defende os interesses dos acionistas, conforme define a lei das S/A's, optou pela medida cautelar. Em nenhum
184 momento houve por parte da CSN o entendimento de que não se deveria pagar, e a saída encontrada foi a forma de garantir à ANA
185 que esse dinheiro não seria contingenciado. O dinheiro está depositado na CAIXA, à disposição da ANA, e sua utilização
186 condicionada à observância de 3 pontos: 1º – cumprimento da Deliberação CEIVAP nº 8/2002; 2º- cumprimento da Deliberação
187 CEIVAP nº 15/2003, incluindo a questão dos 0,75% do setor elétrico, que reconhece ser uma questão complexa mas que foi discutida
188 em reunião de CT; e, 3º – a ANA e o Governo Federal consigam definir uma fonte não contingenciável para os recursos arrecadados.
189 A CSN continua pagando, fazendo os depósitos mensais de R\$ 156.705,52, a quantia está disponível e a ANA terá acesso ao
190 depositado quando forem resolvidos os problemas apontados. Essa ação garante que os recursos retornarão para a bacia, e a CSN
191 continuará fazendo os pagamentos dessa forma até que sejam solucionados os problemas que a levaram a justiça. Informou que a
192 ANA anunciou que fará proximamente uma fiscalização na CSN, e que ela será bem recebida na empresa. Concluiu dizendo que dessa
193 forma o investimento de seus acionistas está sendo aplicado de forma correta. O Presidente Meohas agradeceu as palavras de Luis
194 Cláudio e disse que a decisão da maioria deve prevalecer sobre a da minoria, e a preocupação do CEIVAP ao deliberar na reunião de
195 21/10, em Cataguases, de forma contrária à postergação do pagamento, visou evitar o risco de se desmoralizar todo o trabalho. Luis
196 Cláudio (CSN) então aparteu dizendo que o comitê não pode deliberar ao arrepio das leis do País, ao que Eduardo Meohas disse ter
197 conversado com o Presidente da CSN, Sr. Benjamin, a quem solicitou uma reflexão pois o momento era de juntar dinheiro, e que no
198 seu entender era necessário se ter uma visão política dessa questão. Disse saber que a CSN destinou uma partida de aço para a
199 construção de um estádio, que até hoje ao tinham recebido o pagamento pelo material, e questionou se os interesses dos acionistas
200 tinham sido preservados nesse caso. Falou que não queria polemizar mais, e passou à proposta de programa de trabalho para o
201 CEIVAP em 2004, tendo projetado o quadro síntese, em 10 pontos, que tinha sido distribuído aos presentes. Após sua leitura, a
202 proposta foi submetida a votação, sendo aprovada por unanimidade (*O quadro síntese aprovado consta como anexo no final desta*
203 *ata*). João Rodrigues (Presidente do Conselho) pediu para que o CEIVAP agendasse reunião extraordinária para fevereiro, e duas
204 reuniões de CTs, para tratar da cobrança da transposição e da extração de areia, em face dos prazos exíguos da Deliberação 15.
205 Passando aos Assuntos Gerais, André Pinhel (SERLA) falou das reuniões setoriais, que será iniciada na CEDAE, em 11 de dezembro
206 próximo. Marcelo Morgado (FIESP) apresentou documento, em nome dos usuários, propondo que se elabore deliberação criando
207 crivos técnicos/financeiros para a acolhida de projetos pelo CEIVAP. Fatima Casarin (CECNA) referiu-se ao esforço que está sendo
208 desenvolvido para apresentar proposta à Petrobrás, na área de comunicação social/educação ambiental, que está sendo elaborada com
209 apoio dos membros do CEIVAP em face ao edital publicado por aquela empresa. Antonio Evangelista (SINTAEMA) fez referência
210 aos três condicionantes colocados de Luis Cláudio, fez observação de que os dois primeiros estão sendo cumpridos, e em relação ao
211 terceiro disse que sempre houve contingenciamento no Governo Federal. Fez a seguinte proposta: que o plenário faça uma carta à
212 presidência da CSN, explicando esses três pontos. Luis Cláudio disse que no momento que se ajuíza uma ação cautelar, o rito não
213 pode ser interrompido, não há como retroagir, e qualquer discussão adicional tem que ser feita perante o juiz. Deu o seguinte dado
214 adicional: como administrador responsável pelo pagamento da fatura, responde com o patrimônio pessoal sobre aquilo que assina, e
215 daí sua cautela em relação à questão. O Presidente Meohas disse concordar com a proposta apresentada por Antônio Evangelista, mas
216 que o CEIVAP apenas esclareça a Diretoria da CSN sobre o assunto. Posta em votação, foi aprovado envio de documento
217 esclarecendo a diretoria da CSN sobre a questão. Com a Palavra o Secretário João Bosco Senra (SRH/MMA), disse que se trabalhou
218 muito neste ano no fortalecimento do CNRH, a na relação com os Comitês. Pediu sugestões para que a agenda do CNRH seja
219 priorizada a partir dessas demandas. Será iniciada a discussão no País de uma metodologia de discussão pública do Plano Nacional de
220 Recursos Hídricos, falou do diagnóstico disponível, e se precisa fazer um grande debate sobre o que se quer que seja os nossos rios,
221 para se deixar de analisar as águas do Brasil apenas de um ponto de vista pontual. A participação do CEIVAP é muito importante
222 nesse processo. Fecha-se o ano com dificuldades e problemas, mas com grande perspectivas para o próximo. Disse que pode ser
223 cobrado em relação à OS e ao contingenciamento, pois está trabalhando para encontrar as soluções. O Prefeito Marco Antônio
224 anunciou que o SAE de Jacareí estava distribuindo um *kit* de informações na saída, que mostra o esforço do Município na área de
225 educação ambiental. Referiu-se a que a permanência dos recursos na bacia é condição essencial para êxito do processo da cobrança.
226 Edilson Andrade (Assessor CEIVAP) falou que no RJ houve um momento em que se partiu para resolver a questão da transposição,
227 mas não houve continuidade nesse esforço. Propôs que haja continuidade desse trabalho, que se convide o Dr. Jerson Kelman, o
228 Secretário Luis Paulo Conde do Rio, e outros dirigentes da gestão de recursos hídricos do Estado, pois de outra forma não será
229 possível ter resultados até março de 2004, e essa reunião precisa ser muito bem preparada. Eduardo Meohas agradeceu as observações
230 de Edilson, e disse do quanto é importante que haja divergências, pois isso nos faz amadurecer e crescer. Agradeceu a oportunidade de
231 conviver com todos como Presidente do CEIVAP, e desejou feliz natal e próspero ano. A reunião foi encerrada as 18:07 horas.

PROGRAMA DE TRABALHO PARA O CEIVAP EM 2004 – SÍNTESE (Aprovado na plenária de 04.12.2003, em Jacareí – SP)

Nº	ATIVIDADES	OBSERVAÇÕES
1	Reuniões Plenárias	As reuniões serão definidas pelas Secretaria Executiva. O Regimento Interno estabelece no mínimo duas reuniões ordinárias plenárias anuais, propostas para março e novembro/dezembro de 2004..
2	Reuniões das Câmaras Técnicas	As reuniões serão definidas pelas respectivas coordenações. Trabalha-se com a expectativa de reuniões mensais. As câmaras técnicas de Planejamento e Investimentos (CT-PI), e Institucional (CT-I), nos últimos dois anos, promoveram reuniões conjuntas. A Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), na última reunião conjunta das três CT's (17/11/03), apresentou quorum e decidiu reunir-se em separado.
3	Consolidação da Associação Pró-Gestão de Águas e Operacionalização da Agência de Águas	Será intensificado o apoio ao trabalho em desenvolvimento na Associação, em particular às reuniões do colegiado; à elaboração do Regimento Interno da Agência e concepção do Contrato de Gestão a ser firmado com a ANA; à definição de estrutura organizacional; dos quadros mínimos para início de funcionamento da Agência, bem como às demais condições físicas para a implantação da Agência.
4	Cobrança pelo Uso da Água	Assegurar o fluxo de recursos regular para a bacia, o que implica em superar a questão do contingenciamento. Apoio para a ampliação de cadastro de usuários; avaliação permanente do andamento da arrecadação, e da aplicação dos recursos nas prioridades definidas pelo Comitê; providências para o cumprimento das decisões decorrentes da Deliberação CEIVAP nº 15/2001, principalmente as definidas em seus artigos 5º e 6º, referentes à cobrança das águas transpostas para a bacia do rio Guandu e atividades de mineração que alteram o regime dos corpos de água, respectivamente.
5	Audiências públicas para o Plano 2003-2007.	Realização de seis audiências públicas sobre o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, referente ao período 2003-2007, elaborado pela ANA/COPPETEC. Serão duas audiências públicas em cada Estado, previstas para o período de abril a junho de 2004.
6	Projeto Águas e Florestas	Apoio à segunda etapa do Projeto Águas e Florestas na Mata Atlântica – Módulo Bacia do PBS, em andamento no âmbito do Protocolo de Intenções firmado entre o CEIVAP e as instituições: CNRBMA; SOS Mata Atlântica; a WWF - Brasil; UNESCO no Brasil; SEMA-SP; IF-SP e FFSP.
7	Projeto Educação Ambiental	Desenvolvimento de programas voltado para a racionalização do uso da água na bacia, educação ambiental e capacitação para a gestão de RH. Elaboração de propostas para ações às previstas no Projeto de Racionalização de Uso dos Recursos Hídricos, e para os projetos a serem desenvolvidos com o apoio da PETROBRÁS.
8	Racionalização Operacional dos Reservatórios da Bacia	Apoio ao trabalho em andamento do Grupo Técnico que define os critérios operacionais para os reservatórios da bacia, tendo em vista a recuperação da capacidade de regularização de vazões na bacia. Nesse contexto, apoiar o desenvolvimento de um plano de contingência para o enfrentamento sistemático do problema.
9	Diálogo de integração e apoio aos Organismos de Bacia	Articular a ação do CEIVAP com os organismos de gestão de recursos hídricos na bacia, em particular com o Comitê Guandu, tendo em vista estabelecer diálogo permanente entre os colegiados para a solução dos problemas de interesse comum.
10	Comunicação social	Atendimento ao público em geral e especializado; atuação da assessoria de comunicação; elaboração do Boletim do CEIVAP e de documentos técnicos, atendimento a congressos, simpósios, e conferências para divulgar o trabalho do CEIVAP.